

ATA DA 45ª REUNIÃO – 37ª ORDINÁRIA DA CIR BAIXO AMAZONAS

ATA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL - CIR BAIXO AMAZONAS

ABERTURA- Aos cinco dias do ano de dois mil e vinte seis do mês de maio, as quatorze horas da tarde, por meio do link <https://meet.google.com/fgo-szps-vup>, foi dado início a Quadragésima Quinta Reunião – Trigésima Sétima Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional do Baixo Amazonas. A Sra. Coordenadora da Comissão Intergestores Regional Baixo Amazonas, Ryanne Lavor, faz a abertura da reunião, em seguida, agradece a presença de todos sob proteção de Deus e em seguida fez a leitura das pautas e segue a abordagem conforme prioridade. **ITEM I- Orientações do DERAC para o faturamento das cirurgias eletivas com recursos financeiros de Emenda Parlamentar Federal.** A senhora Ryanne faz a leitura da pauta e passa a palavra ao sr. Isac, representante do Departamento de Controle, Regulação e Avaliação de Saúde, que cumprimenta a todos e em seguida compartilha sua tela e afirma que nota técnica informativa foi encaminhada aos e-mails municipais e ela orienta quanto a produção de recursos de parcela única e de emenda parlamentar, onde cinquenta por cento da parcela única são para ações Programa nacional de Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada denominada Mais Acesso Especialista- PMAE e Ações e redução de filas com ênfase em cirurgias e essa porcentagem é acompanhada no portal e emendas parlamentares tanto de bancada quanto de comissão, vinte por cento dos recursos são destinadas a linhas prioritárias do PATE, é a mesma situação para os dois programas, ele desmembra mas o percentual é o mesmo, as numerações a serem utilizadas estão na primeira página, informa que continua utilizando o dígito cinco para ser hospitalares, dígito seis para as eletivas, e OCI continua sendo o sete, sempre o caráter de atendimento será eletivo, a OCI tem a regra de duas competências e foi retirado o tributo então deve voltar a ser APAC, deixando claro quem não tiver a nota técnica pode ser manifestar que será possível encaminhar. Em seguida, o senhor Isac entra no sistema painel do SUS trezentos e sessenta para mostrar aos secretários que há o painel interativo, o que foi pago, o que foi antecipado e por município, em seguida afirma que o envio continua sendo mesmo, em seguida deixa aberto a perguntas. Com a palavra a senhora Nara Koide afirma que entende que são muitas atividades que o gestor tem e com o recurso do Agora Tem Especialista para a questão de como será executado e que registro que precisa ter, a pergunta em questão é se tem algum município que está recebendo o recurso da parcela mesmo não estando no PAR, eles podem fazer a solicitação da numeração com o DERAC, o senhor Isac responde que pode fazer a solicitação tranquilamente, sem restrição estando ou não no PAR, a senhora

Nara Koide afirma que no Baixo Amazonas, um dos municípios nessa situação é o de Boa Vista e o senhor Isac afirma que eles podem se regularizar e a numeração é liberada para que seja comprovada a produção. A senhora Nara afirma que estarão dando o suporte aos municípios para comprovar produção, Nhamundá e Boa Vista principalmente que não estão no PAR, por fim agradece a fala e esclarecimento do senhor representante. Após isso, a senhora Ryanne aborda a próxima pauta. **ITEM II- Informações sobre o processo de contratualização pela SES AM de laboratórios de análises clínica para oferta de exames nos municípios do Baixo Amazonas.** Após a leitura da pauta, o senhor Isac afirma que não possui a informação precisa sobre os laboratórios, a senhora Ryanne afirmou que ninguém havia se credenciado por conta do valor abaixo e por conta das muitas documentações, a senhora Lysandra afirma que o único laboratório particular em Boa Vista estava confiante que ia conseguir, no entanto não foi possível e voltaram a estaca zero, em seguida a senhora Ryanne afirma que agora é importante aguardar. Após isso, a senhora Ryanne agradece e finaliza a pauta. **ITEM III- Informações sobre a solicitação das ambulâncias do SAMU para os municípios do Baixo Amazonas.** Após a leitura da pauta, a senhora Gabriela, representante da Rede de Urgência e Emergência tem a palavra e informa que existe duas etapas, inicialmente a que dá início na secretaria de saúde e a etapa que é colocada no sistema, são trabalhadas duas portarias, a dez dez e a vinte quarenta e oito que divide o sistema em APH móvel e fixo, toda vez que for solicitar uma ambulância do SAMU ela precisa ter um fluxo onde vai o paciente, podendo ser estabelecimento que funcione vinte e quatro horas, a primeira parte é eu quando o município da entrada de processo no estado, existe a primeira etapa que é enviar um ofício para protocolo da SEMSA Manaus, depois que der entrada, será feito um parecer técnico e após isso será feito solicitação de CIB com a resposta de resolução é que irá iniciar o processo em si, no Estado se trabalha com a aprovação da CIB, antes de dar entrada no SAIPS, após a resposta da CIB uma lista de documentos é fornecida, desde a adaptação do espaço físico, garagem coberta, entrada e saída exclusiva para ambulância, toda estrutura pode ser anexo da área hospitalar, desde que siga essas três orientações a níveis de estrutura. Outra orientação é em relação a equipe que necessita seguir a escala, qual o vínculo profissional, para não se perder qualificação, pois quando se assume o compromisso com a equipe, é importante que não haja a troca constante, a identidade visual é específica do SAMU, há um manual de padronização, para que a população reconheça que aquele município que possui SAMU, o secretário precisa se colocar como responsável de manutenção de ambulância, seguro, cobertura de sinistro e responsabilização pelo funcionamento do SAMU, as ambulâncias compradas ou alugadas pelo município elas podem ser habilitadas por um certo período até que o município receba as do Ministério da Saúde, ou manter os dois tipos, a cotação é de quatrocentos mil reais, com todos os equipamentos, é um valor abrangente para muitos equipamentos,

antes de dar entrada no SAIPS a documentação precisa está toda organizada pois a proposta que não é salva e nem completa é excluída em trinta dias, então o município perde toda a documentação inserida, há vários modelos a serem enviados para os municípios terem uma base, em seguida questiona se alguém possui alguma dúvida, sem questionamentos, a senhora Gabriela segue suas orientações, em seguida, a senhora secretária de Boa Vista do Ramos diz que a solicitação é de ambulância, onde o município precisa estar com a estrutura e a senhora Gabriela diz que o município, recurso humano e o Ministério entra com a ambulância, em seguida a senhora Gabriela afirma que ele entra com o valor mensal que varia entre dezessete mil e conforme a progressão pode chegar até trinta mil reais por unidade, a secretária de Boa Vista do Ramos questiona o quantitativo de equipe do SAMU e a senhora Gabriela informa que pela escala são sete técnicos e sete condutores e um coordenador, mas é um serviço vinte e quatro horas, para se obter mais recursos depende do nível de população, quanto mais gente, mais recursos, o município de Parintins é a sede. A senhora Lysandra afirma que solicitar o SAMU melhora a rede, porém aumenta o gasto do município, é um serviço a mais. Questionando em seguida se todas as vezes que for solicitar o SAMU vai ser encaminhado a Manaus e depois Parintins, a senhora Gabriele diz que a regulação do município é regulada a Manaus, as vezes é mais fácil enviar, em relação ao gasto do município, acaba que é muito semelhante, a diferença é na fase de adaptação do programa, praticamente se paga a nível de funcionário. Em seguida, a senhora Nara Koide questiona se podem tanto solicitar a ambulância quanto solicitar habitação de ambulância que o município já possui, Gabriela informa que sim, desde que tenham as características solicitadas. Podendo entrar com três processos. A senhora representante de Maués, Nayra, solicita que seja verificado sua solicitação para verificar se tudo está correto. A senhora Gabriela afirma que pode sim ser encaminhado no privado que ela irá verificar. Em seguida explana que quando a ambulância do município se habilita ao SAMU, se continuar ambulância hospitalar ela passa a ser S.O.S e é mais difícil obter recurso, é uma questão de verificar a organização e escala das unidades moveis dos municípios. A senhora Lyssandra questiona se teria capacitação para os profissionais, a senhora Gabriela informa que o núcleo de Manaus faz a capacitação, informa que as ambulâncias ainda não estão recebendo recursos no momento, podem ser cadastradas, mas ainda não recebem o recurso. A senhora Gabriela informa que é um programa que ajuda muito o município, principalmente a nível de população, por fim finaliza a sua fala. Após isso, a senhora Ryanne finaliza a pauta. Explanando que aconteceria também a aprovação das atas, no entanto devido à queda de internet, alguns secretários ficaram de fora da reunião, portanto, a aprovação ficará para a próxima pauta, finalizando assim a reunião e agradecendo a presença de todos.



MEMBROS TITULARES:

Ryanne da Silva Lavor - Coordenadora da Regional CIR Baixo Amazonas; Clerton Rodrigues Florêncio- Secretário de Saúde do Município de Parintins; Andrea Santos- Secretária de Saúde de Maués, Péricles Tavares- Barreirinha; Alcineia Fontes Neto- Secretária de Saúde do Município de Nhamundá; Lysandra Farias- Secretária de Saúde de Boa Vista do Ramos. **Secretária Executiva:** Nara Maria Reis Carneiro Koide. **CONVIDADOS:** Isac- Departamento de Controle, Regulação e Avaliação de Saúde- DERAC, Gabriela- Rede de Urgência e Emergência; Milena Brasil- Assistente Técnica Administrativa da Secretaria Executiva da CIR Baixo Amazonas;